



ESCOLA DE GUERRA NAVAL



NÚCLEO DE AVALIAÇÃO
DA CONJUNTURA

BOLETIM

GEOCORRENTE

16 de julho de 2020

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 6 • N° 120

O DUPLO EXERCÍCIO NO MAR DO SUL DA CHINA

ESTE E OUTROS 15 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

1º TENENTE (RM2-T) JANSEN COLI CALIL N. A. DE OLIVEIRA (EGN)
JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)
NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)

DESIGN GRÁFICO

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO

PEDRO DA SILVA DE ALBIT DE PENEDO (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)
BRUNO GONÇALVES (UFRJ)
FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-Rio)
ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)
JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)
VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHESS)
BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)
CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)
GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA (UFRJ)
JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UNESP)
PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)
ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)
JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)
VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-Rio)
VICTOR EDUARDO KALIL GASPARGILHO (EGN)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GECORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)
GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)
LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)
RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)
MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)
NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)
THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILLO CUQUEJO (IBMEC)
MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)
PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)
RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)
VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)
ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)
ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)
DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)
PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)
LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)
PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)
PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)
MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)
THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)
VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)
MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)
REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

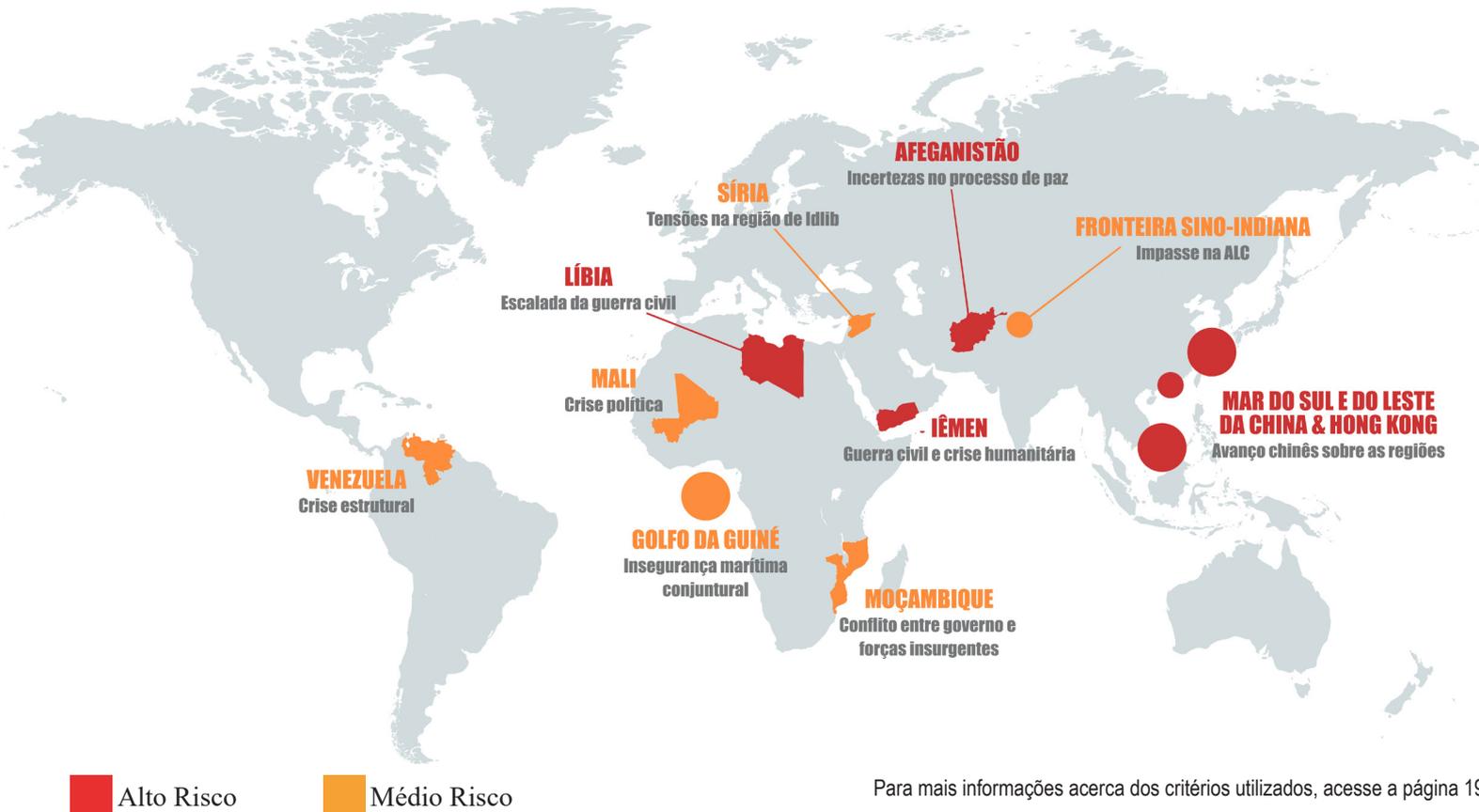
ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)
LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
A Guiana e a continuidade da disputa por Essequibo	5	O Japão e o dilema do Sistema Antimísseis Aegis Ashore	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		Os impactos do novo sistema de navegação global chinês	
A crise do Canal do Panamá	6	13	
Atualização da Estratégia Espacial estadunidense	6	SUL DA ÁSIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Recente reaproximação Afeganistão-Paquistão	
Cúpula da Coalizão Internacional para o Sahel	7	13	
Fronteiras marítimas e a economia do mar na África Ocidental	8	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
EUROPA		O duplo exercício no Mar do Sul da China	
Itália sinaliza apoio ao governo oficial da Líbia em		14	
meio à política externa ambígua	8	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
França: expansão do segundo domínio marítimo no mundo	9	Novo projeto entre companhias islandesa e groenlandesa	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		expande a conexão no Ártico	
Turquia e Irã se unem contra os Curdos	10	15	
RÚSSIA & Ex-URSS		TEMAS ESPECIAIS	
Os novos Princípios Básicos da dissuasão nuclear russa	11	O uso da tecnologia para mapear o desconhecido fundo dos oceanos	
O S-500, a militarização do Espaço e o controle de armas estratégicas	12	16	
		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa	
		17	
		Calendário Geocorrente	
		17	
		Referências	
		18	
		Mapa de Riscos	
		19	

10 PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

ACOMPANHAMENTO COVID-19

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "Situation report – 177", da OMS, publicado no dia 15 de julho de 2020.



ACOMPANHAMENTO DOS PAÍSES						
#	País	Nº de casos registrados	Novos casos (últimas 24h)	Nº de óbitos registrados	Nº casos/100 mil habitantes	Nº mortes/100 mil habitantes
1º	ESTADOS UNIDOS	3.344.783	58.720	135.053	1.022,35	41,28
2º	BRASIL	1.884.967	20.286	72.833	899,88	34,77
3º	ÍNDIA	936.181	29.429	24.309	69,21	1,80
4º	RÚSSIA	746.369	6.422	11.770	516,52	8,15
5º	PERU	330.123	3.797	12.054	1.031,99	37,68
6º	CHILE	319.493	1.836	7.069	683,80	15,13
7º	MÉXICO	304.435	4.685	35.491	372,17	43,39
8º	ÁFRICA DO SUL	298.292	10.496	4.346	516,26	7,52
9º	REINO UNIDO	291.377	1.240	44.968	438,24	67,63
10º	IRÃ	262.173	2.521	13.211	320,50	16,15
72º	AUSTRÁLIA	10.251	271	108	41,02	0,43

Fontes: Organização Mundial da Saúde; Banco Mundial

A Guiana e a continuidade da disputa por Essequibo

João Felipe Ferraz

Em 30 de junho de 2020, uma delegação representante da Guiana reivindicou a jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ) na resolução do caso do território do Essequibo, em uma audiência na qual a Venezuela não fez parte. Como justificativa para a CIJ interceder no caso, a Guiana alega o esgotamento das possibilidades de negociação do Acordo de Genebra de 1966. Todavia, a justificativa para a não participação da Venezuela na audiência é a alegação de que o mecanismo de mediação do Acordo de Genebra ainda não se esgotou. Esta foi a primeira audiência requisitada pela Guiana, com a finalidade de reafirmar a validação do Laudo Arbitral de Paris de 1899. Este atribuiu a posse da região de Essequibo e da ilha de Anacoco à Grã-Bretanha, a então metrópole do território que viria a ser a Guiana.

Com a independência guianense, o Acordo de Genebra determinou a posse de Essequibo à Guiana, agora independente, reconhecendo ainda a reclamação da Venezuela pelo mesmo. Vale ressaltar que a região a oeste do rio Essequibo compreende cerca de 70% do território guianense, além de seu espaço marítimo ter

tido palco de recentes conflitos de soberania entre os dois países ([Boletim 86](#)). Além disso, ambos os Estados enfrentam instabilidades: as duradouras complicações político-econômicas do governo venezuelano ([Boletim 118](#)); e a indefinição do resultado eleitoral da presidência guianense, em meio à maior expectativa de crescimento econômico da história do país ([Boletim 115](#)). A recontagem de votos da eleição guianense depende do consentimento do atual presidente, David Granger, que vem sendo pressionado pela oposição para ceder à intermediação da Comunidade do Caribe (Caricom) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Neste contexto, as negociações na CIJ somam-se, não somente às complicações do processo eleitoral da Guiana, mas também ao aumento dos impactos sociais da pandemia de COVID-19 em uma população de aproximadamente 780.000 pessoas. Com isso, põe-se ainda mais em questão as condições com que o país gerenciará o crescimento exponencial de divisas, provenientes da exploração do petróleo *offshore*.



A crise do Canal do Panamá

Ana Cláudia Ferreira

No primeiro semestre de 2020, foi constatado o declínio do tráfego marítimo do Canal do Panamá - via marítima artificial que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, encurtando a jornada dos navios em 13 mil km. Essa crise deve-se tanto à pandemia de COVID-19 quanto à “seca” que o Canal enfrenta, pela diminuição de 20% das chuvas na região, reduzindo assim o fluxo de embarcações na hidrovia. Como consequência da queda no tráfego marítimo mundial, estima-se o enfraquecimento da atuação do Canal como via marítima, significativas perdas econômicas e um possível abalo nas parcerias comerciais do governo panamenho.

O Canal do Panamá foi inaugurado em 1914, sendo expandido em 2016, permitindo assim a passagem de embarcações de grande porte e intensificando as relações comerciais e o fluxo marítimo entre Américas e Ásia. No ano de 2019, iniciou-se a gradual seca do Canal e, com o atual cenário pandêmico, os prejuízos se intensificaram. No primeiro semestre de 2020, foi reduzido em 358 o número de travessias de embarcações e, atualmente, foi limitado o fluxo diário de 40 para 25, evidenciando uma atenuação da atuação da via marítima.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês) alertou que, em 2020, haverá uma desaceleração do crescimento global em até 2%, perda equivalente a US\$ 1 trilhão na economia mundial. Tal situação reduzirá o tráfego marítimo global, o que poderá afetar economicamente o Canal do Panamá, podendo abalar a relação com parceiros comerciais, como os dois maiores usuários da passagem: EUA e China; e também com a Rússia, que lançou um projeto — pelo Comitê Nacional Russo de Cooperação Econômica com Países da América Latina (CN CEPLA) — de criar, na via marítima, uma infraestrutura portuária para uso conjunto com o Panamá e outros países da América Latina e Caribe, com o intuito de reforçar a cooperação entre os países. É válido ressaltar que, atualmente, o Canal possui participação de 6% no fluxo marítimo mundial, e suas receitas representam cerca de 40% para a economia panamenha.

Ademais, percebe-se que o governo do Panamá deve reformular suas estratégias para intensificar o investimento no setor marítimo, visando assim, gradualmente, contornar a crise, reduzindo impactos na economia e no tráfego do Canal, de modo a não prejudicar suas parcerias comerciais.

Atualização da Estratégia Espacial estadunidense

Victor Gaspar Filho

Em junho de 2020, foi publicada a *Defense Space Strategy*, documento que atualiza a *U.S. National Space Policy* (2011). O conteúdo do texto se distancia da narrativa de utilização do espaço exterior para fins pacíficos e científicos, caracterizando-o como um domínio de extensão da disputa de poder entre grandes potências, sustentando a superioridade estadunidense. No texto, o Espaço é tratado como um domínio de engajamento distinto na guerra.

O documento prevê mudanças em políticas, estratégias e operações. Destaca-se que investimentos, capacidades e *expertise* são necessários para o novo ambiente estratégico, onde sistemas espaciais são alvos potenciais. Em termos geopolíticos, o documento afirma que os Estados que oferecem a maior ameaça são a China e a Rússia, seguidos em menor proporção do Irã e da Coreia do Norte. Segundo o Departamento de Defesa (DoD, sigla em inglês), russos e chineses teriam analisado dependências estadunidenses no Espaço de forma a desenvolver doutrinas, organizações e capacidades específicas para contestar ou negar o acesso americano ao domínio espacial.

Quatro pilares são delineados no documento: construir uma vantagem militar compreensiva no espaço exterior; integrar o Espaço às operações nacionais, conjuntas e combinadas; moldar o ambiente estratégico; e cooperar com aliados, parceiros, indústria, outros departamentos e agências governamentais. Prevê-se que os Estados Unidos mantenham superioridade espacial de forma a garantir liberdade para operar e transitar no espaço exterior.

O DoD afirma que possui experiência operacional limitada em conflitos no espaço exterior, sendo necessária a alteração de sua abordagem como algo que desempenhe uma função de apoio para o domínio onde há engajamento bélico. Afirma ainda que visões internacionais sobre o que constitui uma atitude aceitável no âmbito espacial são incipientes ou até mesmo inexistentes.

O sumário disponibilizado para o público é menos informativo que a versão pública de 2011. A Estratégia é ambiciosa, porém vaga. O sumário afirma que uma vez a dissuasão sendo ineficaz contra potenciais inimigos, poderá se utilizar de meios coercitivos, sem especificar >>

se utilizariam de meios terrestres ou espaciais. A falta de detalhamento pode sugerir que poderiam romper com

compromissos internacionais de não-militarização do espaço exterior.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Cúpula da Coalizão Internacional para o Sahel

Bruno Gonçalves

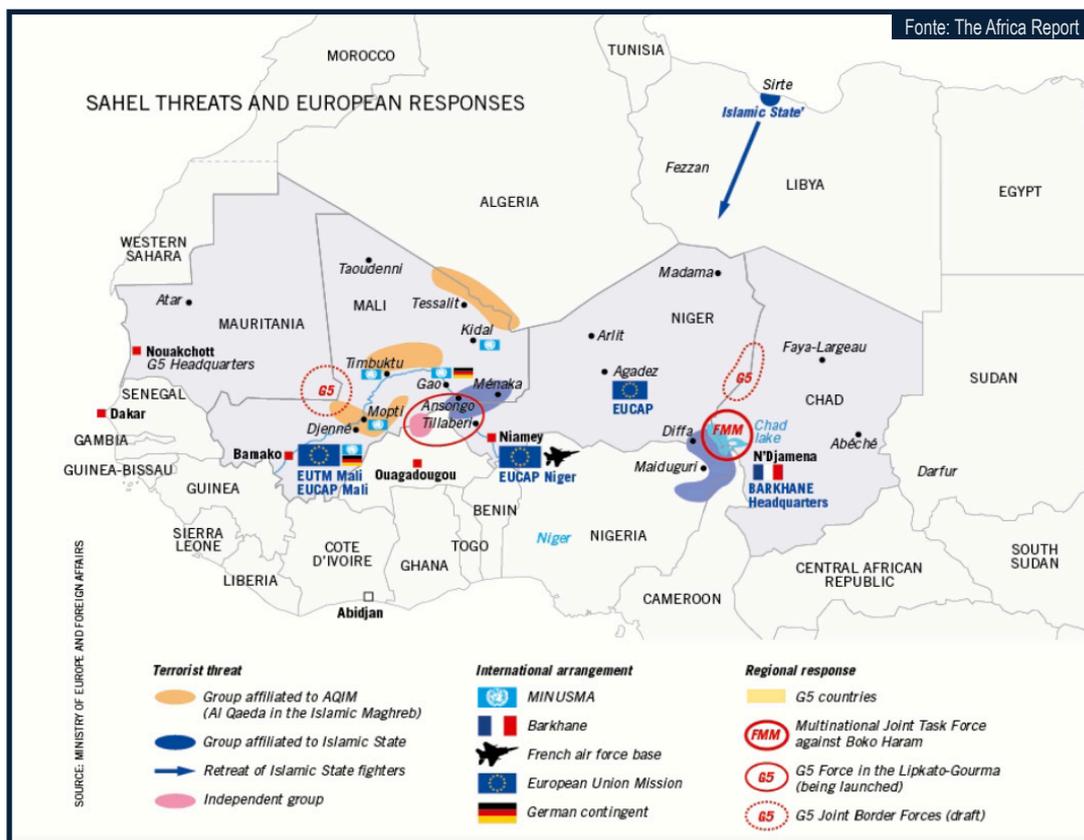
Em 30 de junho de 2020, ocorreu a reunião da Coalizão Internacional para o Sahel, em Nouakchott, capital da Mauritânia. A cúpula teve o objetivo discutir a pauta de segurança da região, contando com a presença de 60 países e organizações internacionais. Destacam-se a presença dos presidentes da França, os primeiros-ministros da Alemanha, Espanha e Itália; o G5 Sahel (Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade), o secretário-geral da ONU, o presidente do Conselho Europeu, o Alto Representante da União Europeia, o presidente da Comissão da União Africana e o secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia.

Formado em 2014, o G5 Sahel (G5S) tem o objetivo de institucionalizar as demandas de cooperação em políticas de desenvolvimento e de segurança da África Ocidental, ao criar um fórum de debate entre os países afetados por grupos paramilitares na região. Já a Coalizão Internacional para o Sahel, foi instituída em janeiro de 2020, na França, com quatro pilares: antiterrorismo; fortalecimento das capacidades dos Estados do G5S; apoio ao retorno do Estado ao território; e assistência ao desenvolvimento.

O Sahel é caracterizado por ter fronteiras porosas, má

governança e grandes extensões de espaço não governado. Estes e outros fatores fazem com que o terrorismo seja presente. Há três grandes grupos jihadistas com atuação: o Estado Islâmico no Grande Saara, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, e o Boko Haram. Estes grupos insurgentes, suas afiliadas e a violência intercomunitária mataram mais de 4.000 pessoas no local em 2019, cinco vezes mais do que em 2016, segundo a ONU.

Além da iniciativa africana como a Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF, sigla em inglês), as Nações Unidas, União Europeia, Alemanha e França têm contingentes no local. Esta, comandando desde 2014 a Operação Barkhane com, aproximadamente, 5.000 militares. Segundo declarações do G5S, no verão de 2020, a UE implantaria a Operação Takuba, e o Reino Unido em apoio à MINUSMA, também enviaria tropas. Observa-se, portanto, que a Coalizão serve como mecanismo de cooperação da comunidade internacional com os países ao sul do Saara e como meio de promover os interesses do Ocidente. Visto a participação europeia, resta analisarmos os próximos passos dos EUA, que reduziram sua participação na região, e da China nessa complexa conjuntura.



Desde 2009, Cabo Verde possui orientação estatal para que a sua estratégia de desenvolvimento econômico seja alicerçada na economia do mar. Após a solicitação de extensão da sua Plataforma Continental (PC) à Divisão das Nações Unidas para Assuntos do Oceano e Direito do Mar, em 2020, o país emprega esforços para implementar a Zona Econômica Especial Marítima de São Vicente (ZEEMSV). O arquipélago cabo-verdiano visa maximizar sua economia até 2035, considerando sua posição privilegiada na parte central do Atlântico, sendo um promissor polo logístico, turístico e de reparação e construção naval. Além disso, o país também almeja explorar e interligar sua economia à biodiversidade marítima e ao seu possível potencial de hidrocarbonetos e jazidas de minerais de sua Zona Econômica Exclusiva.

Embora o movimento político-econômico cabo-verdiano esteja atrelado ao uso do mar, outros países africanos têm recorrido a estratégias similares, no que tange à solicitação de expansão de suas PC. Tal questão demonstra uma fragilidade no continente, onde grande parte das fronteiras africanas foram estabelecidas no período colonial e diversas disputas fronteiriças foram iniciadas com o processo de descolonização. Consequentemente,

esta questão transbordou para o mar em regiões estratégicas como o Chifre da África, o extremo sul do continente, e principalmente na região ocidental, onde as riquezas oceânicas são o alicerce das economias locais. Neste enquadramento, as maiores economias da região como Nigéria e Angola têm suas economias dependentes da exploração das riquezas do mar, predominantemente, a exploração *offshore* de hidrocarbonetos.

A África é o continente com o maior número de países costeiros, 38 no total, e conta com mais de 20 solicitações de expansão de PC nas Nações Unidas. O continente possui ainda um número elevado de fronteiras marítimas em disputa, sinalizando um grande desafio da União Africana (UA) de prover unidade, cooperação e integração no continente. A *African Union Border Programme* (AUBP), área pertencente ao Departamento de Paz e Segurança da UA, foi criada exatamente para empreender acordos bilaterais e evitar possíveis desavenças fronteiriças. Posto isso, a ausência de fronteiras marítimas devidamente delimitadas nesses ambientes abundantes de recursos naturais estratégicos proporcionam um cenário em que há o desenvolvimento e fortalecimento de crimes transnacionais como a pesca ilegal, o tráfico de drogas e humano e a pirataria.

EUROPA

Itália sinaliza apoio ao governo oficial da Líbia em meio à política externa ambígua

Melissa Rossi

No dia 24 de junho, o encontro entre o ministro das Relações Exteriores italiano, Luigi di Maio, e o primeiro-ministro líbio, Fayez al-Sarraj, marcou um passo no apoio da Itália ao governo oficial em Trípoli. Roma tem tentado manter-se politicamente equidistante dos interesses da capital oficial, sede do Governo de Acordo Nacional (GNA, sigla em inglês) apoiado pela ONU, Turquia e Qatar; e de Tobruk, capital Oriental, apoiada pelo Exército Nacional Líbio (LNA, sigla em inglês), do General Khalifa Haftar. Este, por sua vez, tem apoio externo da França, Rússia, Emirados Árabes e Egito.

A Líbia, maior produtor de gás e petróleo na África, encontra-se dividida regionalmente em uma guerra civil entre as forças do GNA e LNA, pelo controle de Trípoli, sendo o Banco Central líbio responsável por administrar os fundos provenientes da exploração de gás e petróleo no país norte-africano.

A Itália possui investimentos significativos na Líbia.

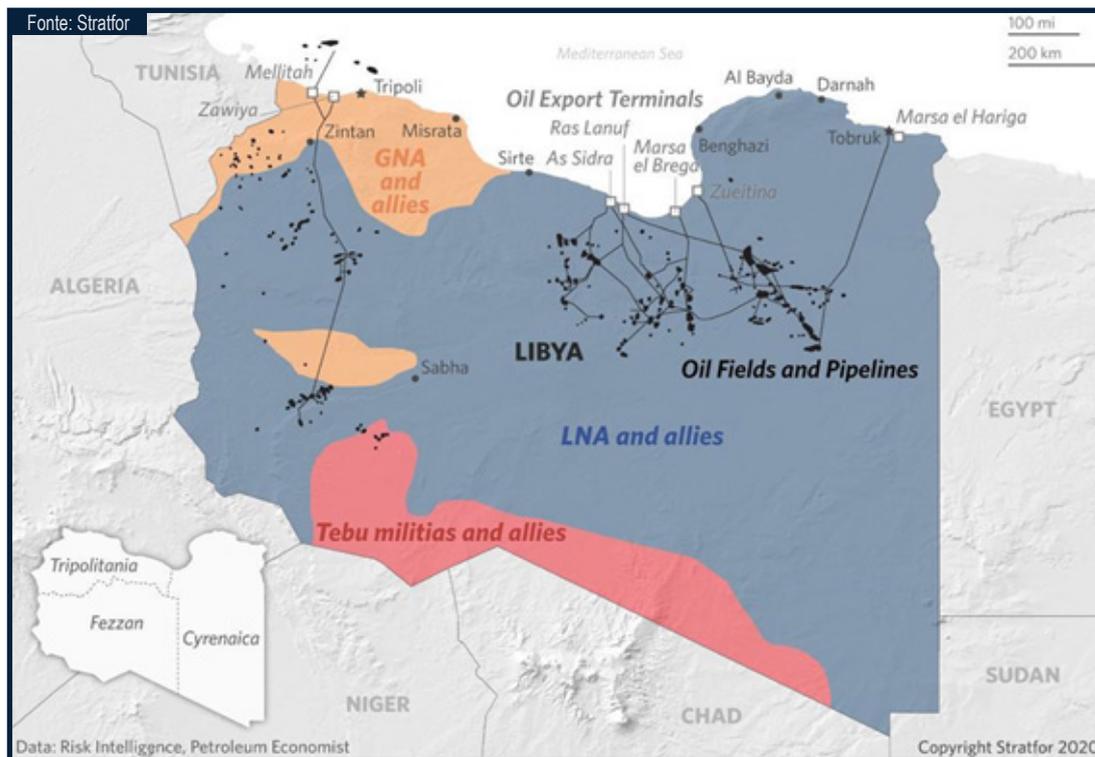
O enorme complexo *Mellitah* de gás e petróleo, uma *joint venture* entre a petrolífera italiana ENI e a *National Oil Corporation* (NOC) líbia, abastece diretamente o mercado italiano por meio do gasoduto *GreenStream*. Além disso, há investimentos de outras empresas italianas importantes como a *Telecom* e a *ENEL Power*. A presença da embaixada italiana em Trípoli, a única de um Estado membro da União Europeia ainda em território líbio, simboliza esta forte ligação.

Contudo, a política externa do governo do primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, continua sendo ambígua em relação ao conflito da Líbia ao apoiar a Operação Naval Europeia *IRINI*, que intercepta armas ilícitas no Mar Mediterrâneo Central. A Missão *IRINI* não é reconhecida pelo governo oficial líbio, que a considera parcial por interceptar somente armas da rota que beneficiaria o GNA, enquanto não há a presença militar europeia na fronteira entre Líbia e Egito, onde armas são traficadas livremente para abastecer o LNA »

(Boletim 114).

Com a mudança na dinâmica do conflito a favor de Trípoli a partir de abril deste ano, devido sobretudo ao apoio militar da Turquia, Roma se encontra numa encruzilhada estratégica, arriscando perder investimentos

importantes pelo protagonismo de Ancara. Além da presença militar, a Turquia já expressou abertamente sua intenção de investir no setor elétrico líbio, tendo também interesse na exploração de hidrocarbonetos na parte oriental da Líbia.



França: expansão do segundo domínio marítimo no mundo

Thaïs Dedeo

No dia 10 de junho deste ano, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas ratificou ao Estado francês uma extensão de 151.323 km² da plataforma continental das ilhas de Reunião e de Saint-Paul e Amsterdã, no Oceano Índico. Uma vez aprovada a continuidade geológica do território, a Convenção de Montego Bay (1982) permite ao Estado costeiro o direito de exploração de recursos naturais encontrados no fundo do mar e no subsolo, apesar da pesca permanecer sob jurisdição do direito internacional.

Desde 2006, o Programa Francês de Extensão da Plataforma Continental (EXTRAPLAC) realizou onze pleitos na CLPC. Em 2015, quatro decretos formalizaram uma extensão de 579.000 km² da plataforma continental da Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Nova Caledônia e Ilhas Kerguelen. Essa política de expansão marítima francesa é fruto de um investimento de €25 milhões entre 2003 e 2015, um valor baixo comparado a outros países como Canadá (€100mi) e Rússia (€200mi). A França ainda reivindica uma expansão de cerca de

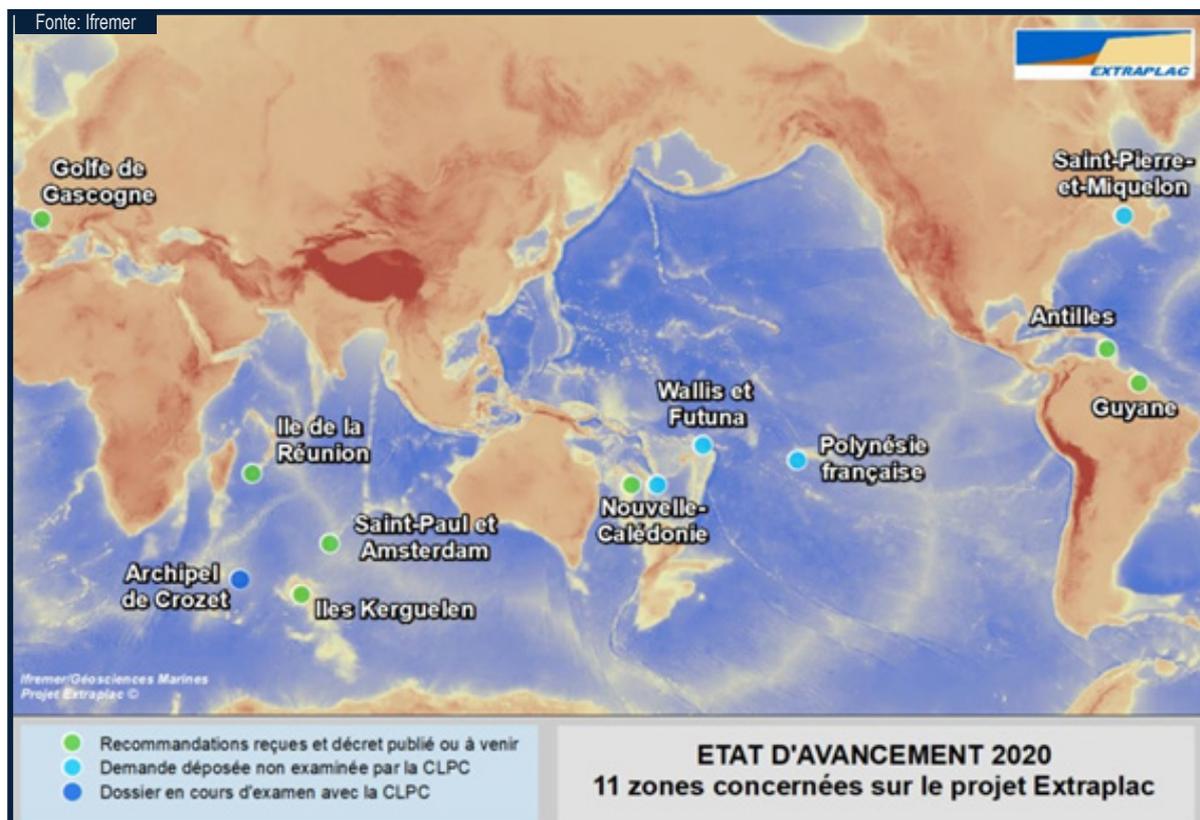
500.000 km² da sua plataforma continental pelas ilhas de Saint Pierre-et-Miquelon (Atlântico Norte), de Wallis e Futuna, da Polinésia Francesa (ambos no Pacífico) e do arquipélago de Crozet (Índico), que aguardam o exame da CLPC.

Atualmente o segundo maior domínio marítimo, somente atrás dos Estados Unidos, a França possui uma plataforma continental de cerca de 730.000 km² de superfície e 10,2 milhões de km² de águas sob soberania ou jurisdição francesa. Vale notar que a expansão do domínio marítimo representa não somente um forte potencial de exploração de recursos minerais e petrolíferos, como também de legitimação da soberania francesa em três oceanos, em um cenário de ascensão de tensões marítimas face a potências emergentes. É nesse mesmo contexto que vemos a renovação e aumento do orçamento da Marinha francesa (Boletim 111).

Em resposta à última recomendação da CLPC, foi recriado o Ministério do Mar francês, que havia sido extinto há 30 anos, e que poderia responder ao >>>

desejo de implementar uma estratégia marítima mais ambiciosa, como declarado pelo presidente Emmanuel Macron em discurso realizado no dia 14 de junho. Neste discurso, a economia azul e a estratégia marítima

foram estabelecidas como primordiais ao ressurgimento da economia francesa, impactada pela pandemia, e à soberania do país.



ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Turquia e Irã se unem contra os Curdos

Dominique Marques

Em 17 de junho, a Turquia aumentou sua atuação de décadas contra insurgentes curdos, atacando-os na fronteira com o Iraque por meio das Operações *Claw*, que ocorrem desde 2019. Este ataque segue a *Claw Eagle* (por ar), como uma campanha de bombardeios a 81 instalações suspeitas do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, sigla em inglês). Já ataques terrestres desta operação ganham o nome de *Claw Tiger*. Em junho, também ocorreu um encontro entre os ministros de Relações Exteriores turco e iraniano, pelo qual foi estabelecida a reabertura de suas fronteiras, firmando nova aliança no Oriente Médio. O Irã é fundamental para a Turquia na logística de combate aos curdos, já que a fronteira entre o Irã e o Iraque possui um terreno irregular, facilitando a atuação desse grupo.

Os curdos representam a maior etnia sem Estado próprio no mundo (cerca de 30 milhões) e buscam, por meio de fraquezas inter/intraestatais, criar seu próprio país tal como na Guerra Síria, explorando a região

fronteiriça com a Turquia. Contudo, além do grande território que buscam conquistar de países em que estão presentes (Irã, Iraque, Síria e Turquia), pleiteiam regiões ricas em petróleo na Turquia, causando fortes reações bélicas e dificultando sua luta.

Quando foi oportuno, a Turquia chegou a se aproximar dos curdos para conter a influência do Irã no governo iraquiano. Porém, hoje, Turquia e Irã possuem interesse em manter os atuais problemas iraquianos dentro de suas fronteiras. O Iraque é centro de disputa de influência regional, principalmente entre Irã e EUA, em especial após os ataques norte-americanos de 03 de janeiro, que eliminaram não somente o general iraniano Qassem Soleimani, como também Abu Mahdi al-Muhandis, chefe paramilitar iraquiano, desencadeando problemas entre EUA e Iraque, e agravando a já tensa situação com o Irã.

Tal como fez a Turquia, os curdos são eventualmente apoiados por governantes que desejam exercer influência em países vizinhos, servindo de meio para justificar »

determinadas ações geopolíticas no Oriente Médio. Assim, não parece haver, de fato, real interesse de

nenhum país da região, ou mesmo dos EUA, em apoiar a criação do Curdistão.



RÚSSIA & Ex-URSS

Os novos Princípios Básicos da dissuasão nuclear russa

Luiza Guitarrari

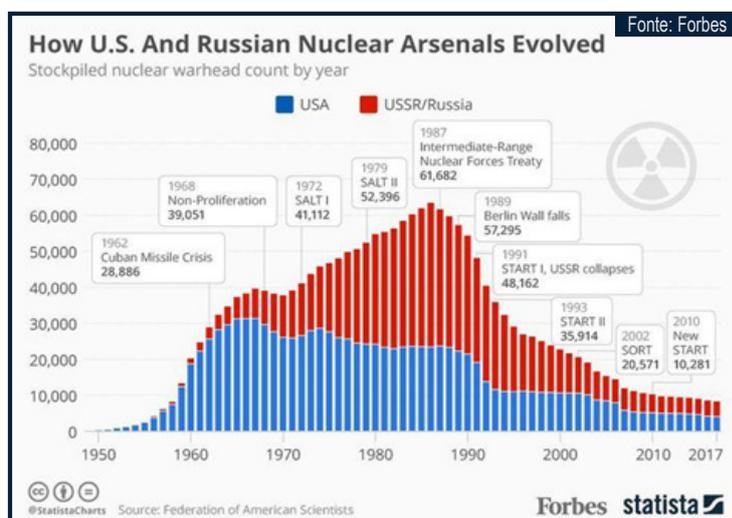
Em 02 de junho, foi publicado pelo governo russo os novos Princípios Básicos de sua política estatal sobre dissuasão nuclear. O documento de seis páginas substituiu a política anterior assinada pelo ex-presidente Dimitri Medvedev, em fevereiro de 2010. Visando o cenário internacional, o lançamento dos Princípios Básicos é um passo em direção à maior transparência russa no âmbito nuclear, sendo a primeira vez que a medida política é disponibilizada ao público. Voltada para um caráter defensivo, segundo os parágrafos 04 e 05, as armas nucleares são consideradas exclusivamente como meio de dissuasão, sendo seu uso uma medida extrema.

Embasado na doutrina militar russa de 2014, o novo documento ressalta o papel das armas nucleares no planejamento estratégico russo, cabendo ao presidente Putin a decisão do seu uso. Desse modo, com um estoque nuclear de cerca de 4.330 ogivas, o Kremlin visa garantir a conscientização do inimigo potencial sobre a inevitável retaliação em caso de agressão contra a Rússia e aos Estados e águas territoriais que fazem fronteira com seu território.

Concomitantemente, no dia 22 de junho, o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Ryabkov, e o representante dos EUA para o controle de armas, Marshall Billingslea, reuniram-se em Viena na primeira rodada de negociações sobre o Tratado *New START* (Boletim 118). Segundo Billingslea, o encontro foi “positivo e construtivo”. Assim, com um estoque combinado de 90% das armas nucleares mundiais, a

expectativa é que Rússia e EUA cheguem a um consenso quanto à renovação do Tratado. Caso contrário, a discordância entre as partes significaria o fim do último acordo de controle de armas nucleares entre ambos.

Tendo em vista a deterioração das relações entre Moscou e o Ocidente, a dissuasão nuclear pode ser uma garantia na proteção da soberania russa dentro de um sistema internacional com bases de controle nuclear cada vez mais abaladas. Dessa forma, os Princípios Básicos vieram a público logo após o programa de modernização nuclear norte-americano: a Rússia parece não ter outra escolha a não ser o fortalecimento de suas capacidades nucleares e a possibilidade de resolução do *New START*. A segunda rodada de negociações deverá acontecer no final do presente mês ou início de agosto.



Desde a criação da Força Espacial dos Estados Unidos, a militarização do Espaço é um tema que entrou na pauta de preocupações do Kremlin, junto com a possível dissolução da estrutura internacional de controle de armas. Esta foi afetada pela recente saída dos EUA de acordos relevantes para a estabilidade estratégica, como o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (*INF Treaty*, sigla em inglês) e o Tratado de Céus Abertos. Após uma reunião em 22 de junho, em Viena, para negociar o controle de armas, o representante russo na ONU afirmou que a situação é problemática e a tendência é que se agrave. Apesar disso, o ministro dos Assuntos Estrangeiros russo, Serguei Lavrov, afirmou em um encontro anual de diplomatas russos, ocorrido em julho de 2020, que o país está aberto a negociações.

As autoridades russas avaliam que tanto a crise na estrutura internacional de controle de armas quanto a militarização do Espaço são elementos de uma estratégia estadunidense para começar uma nova corrida armamentista. Ela teria o objetivo de desgastar socioeconomicamente tanto Rússia quanto China, por meio do aumento abrupto de gastos militares. Por isso,

a Rússia se encontra na difícil situação de tentar manter-se na vanguarda da tecnologia militar e, ao mesmo tempo, impedir que a disputa geoestratégica acarrete gastos excessivos em Defesa, tornando-se um gargalo econômico, como foi no caso da União Soviética.

Uma resposta russa para isso no curto prazo é o desenvolvimento do complexo de defesa aeroespacial *S-500 Prometey*. Esse projeto deverá ser concluído nos próximos cinco anos, mas alguns de seus componentes começaram a ser testados já em 2020. Apesar de ser um equipamento que usa tecnologia de ponta e cujo desenvolvimento é custoso, o *S-500* se apresenta como uma boa resposta por sua versatilidade, já que poderá ser usado tanto contra as ameaças aéreas convencionais, quanto atuar nas questões da militarização do Espaço e dissolução do controle de armas. Além do maior alcance, as principais vantagens do *S-500* sobre seu antecessor, o *S-400*, são justamente suas capacidades não só para interceptar mísseis hipersônicos, mas atingí-los inclusive no Espaço. É previsto também que o *S-500* consiga abater satélites em órbita e mísseis balísticos intercontinentais antes de realizarem a reentrada.

LESTE ASIÁTICO

O Japão e o dilema do Sistema Antimísseis Aegis Ashore

João Pedro Grilo

No dia 25 de junho, o ministro da Defesa japonês, Taro Kono, anunciou a suspensão do projeto de desenvolvimento de duas unidades do sistema de Defesa antimísseis *Aegis Ashore*, encomendadas em 2017 e com previsão de operacionalização em 2025. Essa medida foi motivada por questões técnicas, especialmente a possibilidade dos propulsores dos mísseis caírem, após seu lançamento, em áreas populosas das províncias de Akita e Yamaguchi, e por questões orçamentárias, relacionadas ao alto custo dos equipamentos e de sua operacionalização que, quando somados, podem chegar a US\$ 4,1 bilhões. Tangencialmente a esses entraves, houve uma série de manifestações locais, nas províncias supracitadas, contrárias à instalação desses sistemas devido ao medo de se tornarem alvos de ataques estrangeiros e da queda dos propulsores.

Essa determinação, e a subsequente lacuna na política de Defesa japonesa, originou uma série de debates e propostas para solucionar esse dilema. Dentre elas, é relevante enumerar três, que são: i) o aumento do número de contratorpedeiros equipados com o sistema *Aegis Combat System*, que atualmente totalizam sete embarcações; ii) a proteção nacional por outros meios, referenciando o interesse japonês pelo

sistema antimísseis balísticos norte-americano chamado *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD); e, iii) o debate quanto à formulação de uma nova estratégia nacional de Defesa centrada em uma doutrina de ataque preventivo, possibilitando atingir bases inimigas antes de sua ofensiva, que vai de encontro com os recentes planos do governo japonês em desenvolver armas supersônicas.

O contexto atual deixa o Japão em uma posição delicada com seu maior parceiro militar, os Estados Unidos, e com seus principais rivais regionais, principalmente a Coreia do Norte. Essa decisão pode estremecer ainda mais sua relação com os estadunidenses, já sob tensão devido às recorrentes pressões de Donald Trump por uma maior contribuição financeira japonesa dentro de sua aliança, ao colocar em xeque a credibilidade nipônica em honrar os contratos bélicos com o país, como o recém-fechado acordo de produção dos jatos *F-35*. Perante seus rivais, essa indecisão aumenta a diferença de capacidades entre eles, principalmente com Pequim e Moscou, além de deixar o território japonês mais vulnerável às constantes provocações norte-coreanas, devido à sua menor capacidade de proteger todo o seu arquipélago eficientemente.

Os impactos do novo sistema de navegação global chinês

Rodrigo Abreu

No dia 23 de junho de 2020, a China realizou o lançamento do último satélite do seu sistema de navegação global via satélite, o *Beidou* (BDS), análogo ao GPS norte-americano. O BDS conta agora com uma constelação de 30 satélites, que exercem funções variadas de navegação e comunicação. O lançamento partiu do Centro de Lançamento de Satélites Xichang, no sudoeste do país e foi transmitido via TV e internet.

O desenvolvimento do BDS teve início na década de 1990, após a Terceira Crise do Estreito de Taiwan. Na ocasião, Pequim era totalmente dependente do GPS norte-americano e, supostamente, alguns mísseis disparados pela República Popular da China em direção a Taiwan não teriam atingido seus alvos devido às interferências eletrônicas causadas pelos Estados Unidos. O lançamento do primeiro satélite do sistema aconteceu em 2000 e, em 2003, o *Beidou* começou a operar domesticamente e de maneira limitada. Em 2012, a China lançou a segunda versão do sistema, fornecendo serviços de navegação para a região da Ásia-Pacífico. Com o lançamento de junho deste ano, a terceira versão do BDS foi finalizada e o sistema tornou-se global.

A conclusão do BDS traz uma série de impactos ao cenário internacional. No campo militar, as Forças Armadas chinesas, em especial a sua Marinha, que tem operado cada vez mais distante do país, podem contar com um sistema totalmente independente para marcar alvos, localizar tropas, fornecer dados de navegação e, principalmente, lançar mísseis guiados. No campo geopolítico, o BDS permite que a China aumente a sua influência global ao oferecer o sistema para outros países como uma alternativa ao GPS, minando a influência

norte-americana nesse campo, especialmente, em regiões como África e a América Latina.

Atualmente, à exceção do GPS e do BDS, apenas dois outros sistemas de navegação global estão em operação: o *GLONASS* russo e o *Galileo* europeu. Ao incorporar o seu próprio sistema de navegação por satélite, a China vai ao encontro de suas aspirações de tornar-se uma liderança global em um mundo interconectado, ao mesmo tempo que limita sua dependência a qualquer tipo de sistema externo, especialmente em suas operações militares.



SUL DA ÁSIA

Recente reaproximação Afeganistão-Paquistão

Marina Corrêa

Nos dias 20 e 22 de junho, houve a reabertura de três rotas comerciais na fronteira entre o Afeganistão e Paquistão (Chaman, Torkham e Ghulam Khan), as quais haviam sido fechadas em meio à pandemia da COVID-19. Este foi o primeiro passo da busca de estreitamento de laços entre os países, movimento gerado principalmente pela lacuna que está em formação devido à saída dos Estados Unidos, mas também pela influência indiana em expansão.

Segundo o comunicado de imprensa liberado por Islamabad, a abertura foi um pedido de Cabul, já que,

não tendo seu acesso ao mar e com a contínua produção agrícola, é por via terrestre que esse escoamento precisa ser feito. Por mais que a relação entre os vizinhos esteja instável desde 2014 — por conta dos ataques terroristas, apoio e condenação a insurgentes —, os dados estatísticos da *UN Comtrade*, mostram que, em 2019 o comércio bilateral atingiu US\$ 1,7 bilhão, sendo o Paquistão a principal origem dos produtos importados pelo Afeganistão.

Porém, as relações não são apenas comerciais como também diplomáticas. No início de julho, >>

Abdullah Abdullah, presidente do Conselho Superior de Reconciliação Nacional ([Boletim 117](#)), foi convidado pelo ministro paquistanês das Relações Exteriores, Shah Mahmood Qureshi, para fazer uma visita oficial ao Paquistão. Esse convite é embasado no empenho do país remover sua imagem associada ao terrorismo e apoiar ativamente o processo de paz que entrou recentemente na fase crucial do diálogo intra-afegão.

Destaca-se que o envolvimento paquistanês no território vizinho não se faz só, tendo apoio chinês. A projeção de influência chinesa é dada em diferentes esferas: i) econômica: através do Corredor Econômico

China-Paquistão que possui projetos no Afeganistão (ligação entre Ásia Central e Porto de Gwadar), e do arrendamento por 30 anos da mina de cobre de Mes Aynak, no valor de US\$ 3 bilhões; ii) política: recente declaração trilateral de que Pequim dará apoio ao processo de paz, e desempenhará um papel construtivo nas relações Afeganistão-Paquistão; e iii) militar: desde 2016 a China concedeu mais de US\$ 70 milhões em ajuda militar, sem contar que a futura saída das tropas norte-americanas representa uma provável debilidade na segurança, principalmente do Corredor Wakhan, que faz fronteira com a província chinesa de Xinjiang.



SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

O duplo exercício no Mar do Sul da China

As tensões no Mar do Sul da China (MSC) aparentam ter retornado a escalada com um perigoso episódio. Trata-se da intersecção de exercícios navais entre a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos da América (EUA) na região.

A partir do dia 04 de julho de 2020, a Marinha dos EUA desdobrou para o MSC o *Carrier Strike Group* dos navios-aeródromos *USS Ronald Reagan* e *USS Nimitz* para exercícios de grande envergadura. Tais exercícios coincidiram com os realizados pela Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN, sigla em inglês) que decorreram de 01 até 05 de julho de 2020, próximo às Ilhas Paracel. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da China, as ações dos EUA são "exibição

de força por um país estrangeiro e distante". Por sua vez, o Departamento de Defesa dos EUA explicitou que os exercícios violam os compromissos da RPC na Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, de 2002, para evitar atividades que elevem disputas e afetem a paz e a estabilidade. As ações da RPC, segundo os americanos, contrastam com seu compromisso de não militarizar o MSC e com a visão dos EUA de região Indo-Pacífico livre e aberta, onde todas as nações, grandes e pequenas, estão soberanamente seguras, livres de coerção e capazes de buscar crescimento econômico consistente com as regras e normas internacionais aceitas. Não há registros de incidentes, mas segundo o Almirante norte-americano, James Kirk, "Eles nos viram e nós os vimos", >>>

Vinicius Costa

demonstrando o alto nível de tensão.

Regionalmente, as reações foram favoráveis a Washington. As Filipinas e o Vietnã, que têm disputas territoriais com Pequim, criticaram a postura chinesa. Na semana anterior, o Ministério das Relações Exteriores do Vietnã declarou que as ações chinesas violavam a sua soberania, o que prejudicaria as relações da RPC com os vizinhos. Para o secretário de Defesa das Filipinas, os

exercícios foram “extremamente provocativos”.

Tal episódio evidencia, por um lado, que a RPC abandonou a retórica diplomática e passou a responder provocações com exibição de força (o mesmo vale para os EUA), e por outro lado, demonstra que a oposição aos interesses chineses tem se consolidado e adotado contornos mais confrontativos.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Novo projeto entre companhias islandesa e groenlandesa expande a conexão no Ártico

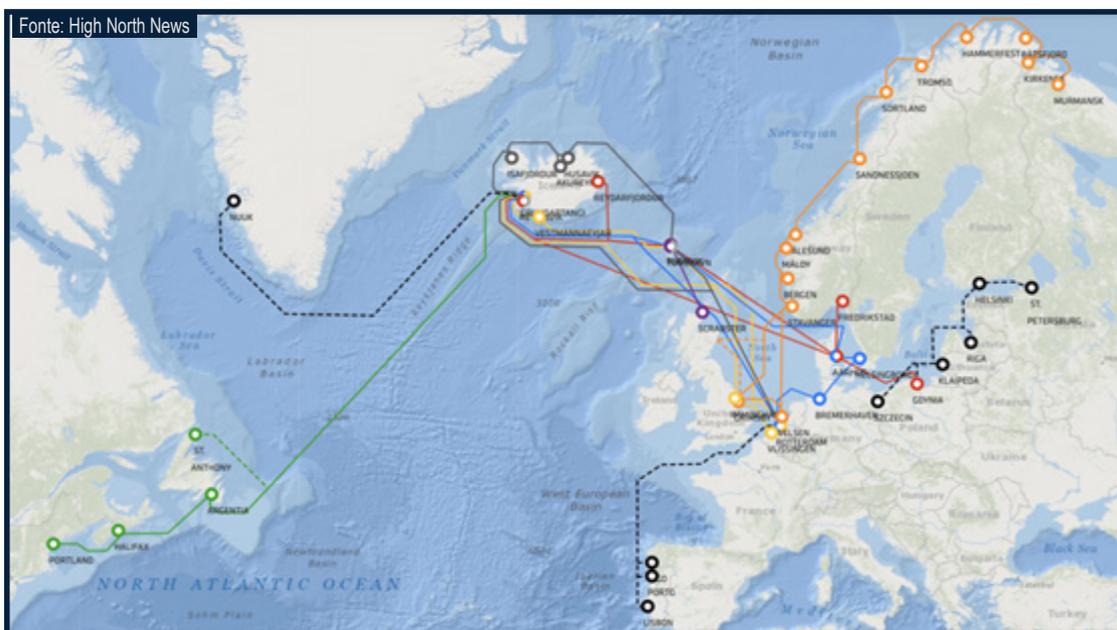
Raphaella Costa

As companhias transportadoras *Eimskip*, da Islândia, e a *Royal Arctic Line* (RAL, sigla em inglês), da Groenlândia, realizaram a primeira atividade marcando o novo projeto que visa a melhoria dos serviços de transporte entre os países e a Dinamarca. Contudo, a parceria entre as empresas não é nova, pois atuam no Atlântico Norte desde 1993. Em 2016, houve a assinatura de um acordo para o compartilhamento de remessas por rotas entre Groenlândia, Dinamarca e Islândia, além de uma decisão formal reivindicando a construção de três navios porta-contêineres em 2017.

A viagem inaugural desta fase iniciou-se em 12 de junho de 2020, quando um dos novos navios, *Tukuma Arctica* navegou para Aarhus, Dinamarca, passando por Reykjavik, Islândia, e cujo destino final foi Nuuk, Groenlândia, marcando uma mudança em 246 anos de transporte marítimo para os groenlandeses. Além disso, a partir de 02 de julho de 2020 as embarcações passaram a fazer ligações regulares ao porto de Helsingborg, Suécia, registrando o início das atividades da empresa groenlandesa no país.

Os três novos porta-contêineres encomendados ao estaleiro *Guangzhou Wenchong*, na China, dentre eles dois pela *Eimskip* e um pela RAL, custaram, cada um, cerca de US\$ 32 milhões. No entanto, o serviço que originalmente fora planejado para ter início em 2019, sofreu falhas técnicas por parte de um dos novos navios, resultando em atraso até junho de 2020. As embarcações, pertencentes à “classe gelo”, estão em conformidade com o Código Polar, considerando suas baixas emissões de óxido de nitrogênio, além de um sistema de lavagem que minimiza o óxido de enxofre.

Não obstante, o novo serviço expande a capacidade dos groenlandeses em conduzir atividades ao restante do mundo. Ao mesmo tempo, a cooperação se torna estratégica ao permitir que a RAL se utilize das rotas já navegadas pela *Eimskip*, viabilizando a conexão com os principais portos da Escandinávia, Europa Central e América do Norte. Além disso, a cooperação aumentará as atividades comerciais entre as nações do Ártico, principalmente entre Islândia e Groenlândia, antes limitadas devido à baixa frequência de serviços diretos.



O uso da tecnologia para mapear o desconhecido fundo dos oceanos

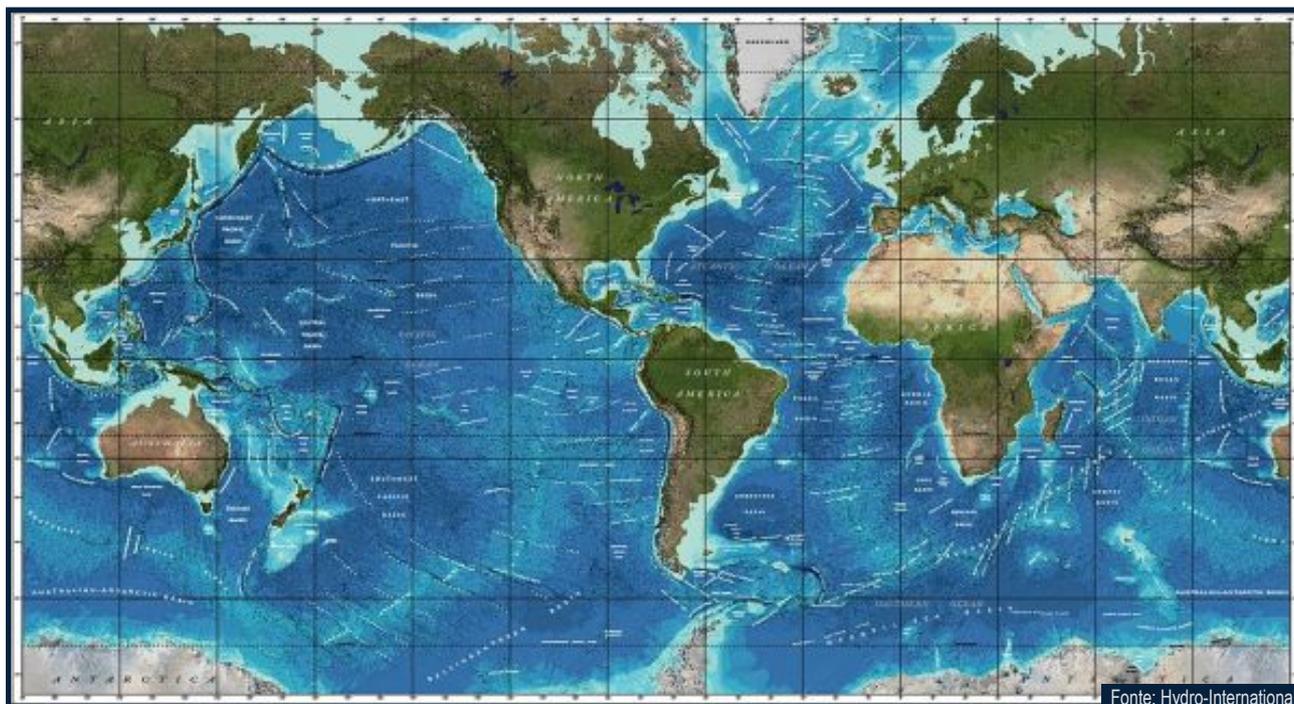
Alessandra Brito e Ana Carolina Farias

Em 21 de junho de 2020, Dia Mundial da Hidrografia, uma colaboração internacional de pesquisadores anunciou que quase um quinto do fundo dos oceanos já foi mapeado. O *Nippon Foundation-GEBCO Seabed 2030* é um projeto entre a *Nippon Foundation* e a Carta Batimétrica Geral dos Oceanos (GEBCO, em inglês) que visa mapear 100% do fundo dos oceanos, até 2030. O Projeto foi lançado na Conferência das Nações Unidas para o Oceano, em 2017, e será um facilitador do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), para conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos. É uma contribuição importante para a agenda 2030 das Nações Unidas, que contém o conjunto de 17 ODSs.

De acordo com o *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), mais de 80% do fundo oceânico é desconhecido, portanto, a inclusão de 14,5 milhões de quilômetros quadrados de novos dados batimétricos é um marco na história da exploração marinha. Os novos dados correspondem a uma área com o dobro do tamanho da Austrália. O mapeamento do leito marinho é de extrema importância para o mercado de mineração subaquática. O solo oceânico abriga, potencialmente, a maior reserva inexplorada de metais raros, isoladamente o valor do ouro no fundo do mar é estimado em US\$

150 trilhões. Segundo a *Adamas Intelligence*, a China é responsável por 85% da capacidade global de processar metais raros em produtos manufaturados e detém um terço das reservas mundiais, essenciais em componentes tecnológicos e para o setor de defesa global.

Contudo, a exploração do solo oceânico é uma questão controversa e de alto risco. As companhias de mineração querem o acesso aos fundos marinhos por possuírem mais minerais que todos os continentes juntos. Desta forma, os Veículos Autônomos Submarinos tornam-se instrumentos essenciais, pois, no fundo do mar, são capazes de identificar de forma detalhada áreas até então desconhecidas. Possibilitam assim o mapeamento, a prospecção e a produção de estudos, dos mais variados tipos, para a elaboração de regulamentações para a mineração subaquática. A empresa *Nautilus* foi a primeira a obter direitos de mineração em alto mar na Papua-Nova Guiné, mas faliu em 2019, não havendo, até então, uma operação de larga escala bem-sucedida. Contudo, países como Nigéria, África do Sul e Japão continuam investindo na mineração do leito marinho dentro de suas águas jurisdicionais, com a utilização de altas tecnologias.



- ▶ [India's China Strategy Is Changing](#)
PROJECT SYNDICATE, Shashi Tharoor
- ▶ [Food \(In\)Security in Fragile Countries: Africa and West Asia](#)
ISPI, Camillo Casola
- ▶ [Russia in Latin America: repercussions for Spain](#)
REAL INSTITUTO ELCANO, Mira Milosevich-Juaristi
- ▶ [Europe changes its mind on China](#)
BROOKINGS, Thomas Wright
- ▶ [After a Kerch Strait confrontation, the US beefs up Ukraine's maritime forces](#)
DEFENSE NEWS, David B. Larter
- ▶ [Facing Our Past](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Winter Is Coming](#)
U.S. NAVAL INSTITUTE, Admiral James A. Winnefeld Jr.
- ▶ [Trump Previews Plan to Acquire 10 Icebreakers](#)
THE MARITIME EXECUTIVE

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

JULHO

- 19** Eleições parlamentares na Síria
- 22** Lançamento da Missão Mars 2020 Rover da NASA
- 23** Lançamento da Missão chinesa Tianwen-1 para Marte
- 31** Fim das sanções econômicas impostas pela União Europeia sobre a Rússia

AGOSTO

- 09** Eleições presidenciais na Bielorrússia
- 17** Lançamento do 2º VEGA
- 17-31** Exercício militar RIMPAC 2020
- 25-30** 41ª Assembleia Geral da Assembleia Interparlamentar da ASEAN (Ha Long, Vietnã)

REFERÊNCIAS

- **A Guiana e a continuidade da disputa por Essequibo**
CASTILLA, K. P. [Venezuela confia en que la CJJ desistirá de la demanda de Guyana porque el recurso de la mediación no se ha agotado](#). El Nacional, 06 jul. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
THAROOR, I. [Why Guyana's political stalemate matters](#). The Washington Post, 07 jul. 2020. Acesso em: 09 jul. 2020.
 - **A crise do Canal do Panamá**
GUEVARA, Cristina. [How the coronavirus will impact Panama's economy](#). Atlantic Council, 18 mar. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
HOBSON, Jeremy; RAPHELSON, Samantha. [Climate Change, COVID-19 Pandemic Threaten Future Of Panama Canal](#). Wbur, 22 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **Atualização da Estratégia Espacial estadunidense**
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Defense Space Strategy](#). Departamento de Defesa, 17 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
ROSE, Frank A. [The U.S. Defense Space Strategy works on paper, but will it be implemented?](#). Brookings, 06 jul. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **Cúpula da Coalizão Internacional para o Sahel**
TIH, Felix. [Sahel coalition to aim for lasting peace in West Africa](#). Anadolu Agency, 22 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
PETESCH, Carley; CORBET, Sylvie. [French, Spanish and African leaders meet to combat extremism](#). Associated Press, 30 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **Fronteiras marítimas e a economia do mar na África Ocidental**
UNIÃO AFRICANA. African Union Border Programme (AUBP) – [Uniting and integrating Africa through peaceful, open and prosperous borders](#). Departamento de Paz e Segurança da Comissão da União Africana, 09 nov. 2018. Acesso em: 01 jul. 2020.
MARTÍN, Ana Gemma López. [An in-depth analysis of maritime boundaries in Africa](#). IEEE, 14 dez. 2019. Acesso em: 26 jun. 2020.
 - **Itália sinaliza apoio ao governo oficial da Líbia em meio à política externa ambígua**
ROSSI, Emmanuele. [Di Maio in Libya: L'Italia prova ad intestarsi il fascicolo stabilizzazione](#). Formiche, 24 jun. 2020. Acesso em: 25 jun. 2020.
[Italian Foreign Minister visits Tripoli for talks with GNA head](#). Al Jazeera, 24 jun. 2020. Acesso em: 25 jun. 2020.
 - **França: expansão do segundo domínio marítimo no mundo**
[Le domaine sous-marin de la France va s'agrandir de plus de 150.000 km²](#). IFREMER, 11 jun. 2020. Acesso em: 26 jun. 2020.
[L'accélération de la stratégie maritime annoncée par Emmanuel Macron: Extrêmement important pour notre filière](#). OutreMer360, 16 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **Turquia e Irã se unem contra os Curdos**
ROSE, Caroline D. [Turkey and Iran's Entente in Iraq: Ankara and Tehran appear to be cooperating against the kurds in iraq](#). Geopolitical Futures, 18 jun. 2020. Acesso em: 18 jun. 2020.
MCKERNAN, Bethan. [Turkey launches major attack on Kurdish militants in Iraq](#). The Guardian, 17 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **Os novos Princípios Básicos da dissuasão nuclear russa**
ROBERTS, Cynthia. [Revelations about Russia's Nuclear Deterrence Policy](#). War on the Rocks, 19 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
PANDA, Ankit. [What's in Russia's New Nuclear Deterrence 'Basic Principles'](#). The Diplomat, 09 jun. 2020. Acesso em: 10 jul. 2020.
 - **O S-500, a militarização do Espaço e o controle de armas estratégicas**
[Russia Touts S-500's Ability to Destroy Hypersonic Weapons in Space](#). The Moscow Times, 03 jul. 2020. Acesso em: 11 jul. 2020.
[Situation in arms control far from optimistic, says Russia's UN envoy](#). Tass, 09 jul. 2020. Acesso em: 11 jul. 2020.
 - **O Japão e o dilema do Sistema Antimísseis Aegis Ashore**
HORNUNG, Jeffrey W. [Japan is Canceling a U.S. Missile Defense System](#). Foreign Policy, 02 jul. 2020. Acesso em: 07 jul. 2020.
SATO, Yoichiro. [Missile defense in Japan after the Aegis Ashore cancellation](#). The Japan Times, 01 jul. 2020. Acesso em: 06 jul. 2020.
 - **Os impactos do novo sistema de navegação global chinês**
HOWELL, E. [China launches final Beidou satellite to complete GPS-like navigation system](#). Space, 24 jun. 2020. Acesso em: 08 jul. 2020.
GOSWAMI, N. [The Economic and Military Impact of China's BeiDou Navigation System](#). The Diplomat, 01 jul. 2020. Acesso em: 08 jul. 2020.
 - **Recente reaproximação Afeganistão-Paquistão**
GUL, Ayaz. [China, Afghanistan, Pakistan Seek 'Orderly' Foreign Troop Exit](#). VOA News, 07 jul. 2020. Acesso em: 07 jul. 2020.
[Pakistan reopens three key trade routes with Afghanistan](#). India Times, 22 jun. 2020. Acesso em: 23 jun. 2020.
 - **O duplo exercício no Mar do Sul da China**
FRUEN, Lauren. [Chinese state media says double US aircraft carrier deployment to the South China Sea is 'at their pleasure' and they could destroy them at any moment with missiles in chilling threat](#). Daily Mail, 05 jul. 2020. Acesso em: 08 jul. 2020.
PANDA, Ankit. [US Navy Conducts Dual Aircraft Carrier Exercises in South China Sea](#). The Diplomat, 06 jul. 2020. Acesso em: 09 jul. 2020.
 - **Novo projeto entre companhias islandesa e groenlandesa expande a conexão no Ártico**
[Eimskip and Royal Arctic Line co-operation commences in June](#). GlobeNewswire, 29 maio 2020. Acesso em: 30 jun. 2020.
HUMPERT, Malte. [Eimskip and Royal Arctic Line Commence Container Shipping Cooperation to Greenland](#). High North News, 29 jun. 2020. Acesso em: 29 jun. 2020.
 - **O uso da tecnologia para mapear o desconhecido fundo dos oceanos**
HYLTON, Will S. [History's Largest Mining Operation Is About to Begin](#). The Atlantic, jan./fev. 2020. Acesso em: 07 jul. 2020.
SAUL, Jonathan. [Map of world's uncharted ocean beds takes shape despite crisis](#). Reuters, 20 jun. 2020. Acesso em: 07 jul. 2020.
- CAPA:**
[NAVIO AERÓDROMO USS RONALD REAGAN DURANTE O EXERCÍCIO DUAL NO MAR DO SUL DA CHINA](#) POR: CODY BEAM, U.S. NAVY

O mapa intitulado “10 Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões.

► ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Yemen: Separatists ‘take advantage’ of negotiations to impose control in the south](#). Middle East Monitor, 10 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- LÍBIA — Escalada da guerra civil: [Libya PM discusses military operations in Sirte, Jufra](#). Anadolu Agency, 12 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- AFEGANISTÃO — Incertezas no processo de paz: [New Taliban Attacks Complicate Afghan Peace Process](#). The Wall Street Journal, 13 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA & HONG KONG — Avanço chinês sobre as regiões: [Beijing’s claims in South China Sea ‘unlawful’, says US Secretary of State Mike Pompeo](#). South China Morning Post, 14 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.

► MÉDIO RISCO:

- VENEZUELA — Crise estrutural: [Press Release. Venezuela: MEPs call for free and fair elections in the crisis-torn country](#). European Parliament, 10 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- FRONTEIRA SINO-INDIANA — Impasse na ALC: [LAC standoff: Indian and Chinese commanders hold talks on further disengagement in eastern Ladakh](#). The Hindu, 14 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- SÍRIA — Tensões na região de Idlib: [Exército sírio repele ataque de 2 grupos armados contra suas posições em Idlib](#). Sputnik, 11 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [9 Nigerians abducted in Gulf of Guinea piracy attack](#). Africa Times, 02 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Time is against Mozambique and the SADC in war against Islamic State](#). Independent Online, 12 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.
- MALI — Crise política: [Mali political crisis: ruling party offices ransacked, social media restricted](#). AfricaNews, 12 jul. 2020. Acesso em: 14 jul. 2020.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e mortos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 10 países com maior número de infectados, e os países com maior número de infectados na África e na Oceania de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho e laranja de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados 10 principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa: